

AS CONCEPÇÕES DE LINGUA(GEM) DE PROFESSORES NO ENSINO DO PORTUGUÊS NA UNIVERSIDADE LUSÓFONA DA GUINÉ (BISSAU)

Bernardo Alexandre INTIPE

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: No que concerne à educação pela linguagem, deve-se, fundamentalmente, levar em consideração a concepção de linguagem inerente à prática educativa/ensino do português. Sendo assim, este artigo esboça as concepções de linguagem dos professores de língua portuguesa da Universidade Lusófona da Guiné (Bissau), compreendendo não somente o conceito que os docentes atribuíram à língua(gem), mas também como ela deve ser ensinada. Para tanto, a base teórica deste trabalho está engendrada nos estudos desenvolvidos por Mikhail Bakhtin/Volochínov (2006), João Wanderley Geraldi (1984), Fuza, Ohuschi, Menegassi (2011) e De Barcellos (2013). Esse estudo foi desenvolvido não só pelas revisões bibliográficas, mas também apoiado em trabalho de campo, sustentado pela metodologia qualitativa-interpretativista e ancorado pela aplicação do questionário semiaberto. Os resultados apontam que os professores colaboradores da Universidade Lusófona da Guiné se identificam com a concepção interacional da linguagem e da linguagem como instrumento da comunicação. Palavras-Chave: Guiné-Bissau. Concepções de linguagem. Língua portuguesa.

THE LANGUAGE CONCEPTIONS OF TEACHERS IN PORTUGUESE TEACHING AT THE UNIVERSIDADE LUSOFONA DA GUINÉ (BISSAU)

Abstract: With regard to education through language, one should fundamentally take into account the concept of language inherent in the educational/teaching practice of Portuguese. Therefore, this article outlines the language conceptions of Portuguese language teachers at Universidade Lusófona da Guiné (Bissau). It understood not only the concept that teachers attribute to language, but also how it should be taught. Therefore, the theoretical basis of this work is engendered in the studies developed by Mikhail Bakhtin/Volochínov (2006), João Wanderley Geraldi (1984), Fuza, Ohuschi, Menegassi (2011) and De Barcellos (2013). The study was developed not only by bibliographic reviews, but also supported by fieldwork and backed by the qualitative-interpretative methodology, and anchored by the application of the semi-open questionnaire. The results show that the collaborating professors of the Universidade Lusófona da Guiné identify with the interactional conception of language and language as a communication instrument.

Keywords: Guinea-Bissau. Language Conceptions. Portuguese language.

LAS CONCEPCIONES DE LENGUA(JE) DEL PROFESOR EN EL ENSEÑO DEL PORTUGUÉS EN LA UNIVERSIDAD LUSOFONA DE GUINEA (BISÁU)

Resumen: Lo que respecta a la educación por el lenguaje, se debe, fundamentalmente, llevar en cuenta la concepción de lenguaje inherente a la práctica educativa/enseñanza del portugués. De esta manera, este artículo describe las concepciones del lenguaje de los profesores de lengua portuguesa en la Universidad Lusofona de Guinea (Bisáu). Comprendió no solo los conceptos que los profesores atribuyen a la lengua, pero también como se lo debe enseñarla. Así que, la base teórica de este trabajo es respaldada en los estudios de Mikhail Bakhtin/Volochínov (2006), João Wanderley Geraldi (1984), Fuza, Ohuschi, Menegassi (2011) y De Barcellos (2013). Este estudio fue desarrollado no solo por las revisiones bibliográficas, pero también apoyado en trabajo de campo y sostenido por la metodología cualitativa-interpretativa y anclado por la aplicación de cuestionario semiabierto. Los resultados muestran que los profesores colaboradores de la Universidad Lusofona de Guinea se identifican con la concepción interaccional del lenguaje y el lenguaje como instrumento de comunicación.

Palabras-clave: Guinea-Bisáu. Concepciones de lenguaje. Lengua portuguesa.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A linguagem está presente em toda instância da convivência social, isto é, ubíqua, diria Bakhtin/Volochínov (2006), ela nos molda e nos permite estabelecer a nossa relação do dia a dia. Não diferentemente do contexto acadêmico/ensino da língua, uma vez que faz parte da nossa ocupação, quase que diária. Portanto, isso nos exige, enquanto pesquisadores da área, pensar profundamente sobre as diversas concepções que permearam e permeiam o ensino do português na Guiné-Bissau. Ao refletirmos sobre o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa, sobretudo no contexto em que ela é a língua menos falada (NAMONE; TIMBANE, 2017) entre a diversidade existente no país, a concepção de língua(gem) ¹passa a assumir uma grande envergadura. Visto que, a sua ressonância se encontra presente em conceitos como os de sujeito, língua e linguagem, gramática e o ensino da língua, sendo, assim, um dos principais papéis que guia a prática educativa do professor (DORRETO; BELOTI, 2011).

Discutir as concepções de língua(gem) e os conceitos inerentes a elas são, em grande escala, investigadas por diversos estudiosos da área de linguagem. No entanto, reconhecemos que, no contexto em que este trabalho é versado, ainda é incipiente a pesquisa dessa índole. O

¹ Usamos a nomenclatura língua(gem) para referir a própria concepção, com o intuito de evitar a repetição dos termos língua e linguagem.

principal objetivo do trabalho é apresentar, a partir do olhar dos professores guineenses, o conceito de língua, linguagem e o modo como ela deve ser ensinada a fim de analisá-la com base nos pressupostos das concepções de língua(gem) e, por fim, trazer a nossa reflexão a respeito de língua e linguagem. É importante salientar que essa temática afeta o trabalho docente direta ou indiretamente e que, principalmente, contribui no resultado de processos de ensino e aprendizagem da língua portuguesa.

Para tanto, julgamos ser essencial, primeiramente, discutir o papel da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Em segunda parte, discorreremos sobre as concepções de língua(gem) e suas visões. Em terceira parte, apresentaremos a metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho. Depois, faremos a análise dos dados visando atender a concepção de língua(gem). Por fim, mostraremos os resultados que o artigo nos oferece e algumas considerações finais.

Vale ressaltar que esse trabalho pode gerar, para o campo epistemológico da Linguística Aplicada, um novo despertar para as futuras investigações. Para tanto, é crucial compreender a ideologia e a concepção de língua(gem) dos professores e, sobretudo, saber como eles encaram suas visões de linguagem. Portanto, a nossa indagação é: qual seria a concepção de língua(gem) mais adequada ao contexto do ensino de português da Universidade Lusófona da Guiné (Bissau)?

2. PAPEL DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GUINÉ-BISSAU

Qualquer processo do ensino e aprendizagem requer o uso de uma língua. Portanto, é a política linguística que confere *status* a uma língua sobre outra, ou seja, trata-se de outorgar qual língua deve ser a língua oficial e de ensino. No contexto africano, a maioria dos países apenas adotou uma língua, a da colonização, como a língua oficial e de ensino (ABDULA; QUEBI; TIMBANE, 2014). Indiferentemente do contexto guineense, assim o é.

A visão de escolher que língua ou não deve ser oficializada e como ela deve ser aplicada no ensino se deve, essencialmente, à política e ao planejamento linguístico. Compreendemos a política linguística como o estabelecimento, por meio da lei, de um documento que regulamenta o modo de uso da língua em uma sociedade; o planejamento linguístico, por sua vez, seria a maneira de executar a decisão da política linguística, ato que ocorre, por exemplo, com o ensino, isto é, na elaboração de manuais e sua obrigatoriedade do uso (CALVET, 2007).

A Guiné-Bissau adotou o português como a única língua oficial e de ensino em todo o país, desde sua independência, em setembro de 1973, até aos dias de hoje. Conforme Timbane e Rezende (2016), a língua portuguesa pertence a todos os lusófonos, conquanto não seja utilizada por todos os cidadãos, visto que, pela sua oficialidade, é aprendida no contexto escolar. E é por meio dela que o país, através de sua burocracia, estabelece contatos com o mundo exterior.

No que se relaciona ao impacto social da língua portuguesa na sociedade guineense, Intipe (2018) assevera:

A língua portuguesa na sociedade guineense não tem grande repercussão no que diz respeito a ser a primeira língua do povo da Guiné-Bissau. Embora seja a língua oficial e do ensino, ela é dificilmente falada nos espaços de interação, salvo os casos em que o ambiente formal a privilegie ou espaços de convívio em que haja um falante da língua portuguesa (INTIPE, 2018, p. 37).

Isso justifica o quão irrisório é o uso do português no dia a dia na sociedade guineense. A pesquisa de Couto e Embaló (2010) aponta que apenas 13% da população guineense sabe falar português. Essa pesquisa demonstra, ainda, que um dos fatores que impulsionou a débil expansão do português na Guiné-Bissau é que o país teria sido apenas um território de fornecimento dos negros escravizados e de realização de algumas mercadorias. Até os meados do século XIX, a colonização e a ocupação portuguesa constante foram escassas. Apenas no século XX é que ocorreu a efetiva exploração da zona da costa de Guiné, sobretudo nas regiões interioranas. Por esse motivo, a língua portuguesa não se afirmou de fato nessa região, acima de tudo, ela se misturou com as línguas locais (étnicas), resultando no guineense.

Outra hipótese que não permitiu a expansão da língua portuguesa foi o fato de a região se caracterizar como um espaço de passagem dos escravizados e das pessoas que até então não formaram famílias. Os poucos que permaneciam aprendiam o guineense como língua franca. Por conseguinte, o fato de a colonização portuguesa ter a Guiné-Bissau tão somente como colônia de exploração, e não com a pretensão de ocupação, fez com que não houvesse a propagação da língua portuguesa em toda a região do país. Isso acabou influenciando drasticamente o débil alargamento do português no país (MENDY, 1994, *apud* NAMONE; TIMBANE, 2017).

Portanto, a pouca percentagem dos falantes do português do qual Couto e Embaló (2010) apontam, às vezes, reverbera negativamente em relação àqueles que não sabem falar essa língua, sobretudo as pessoas não escolarizadas. Por vezes, a língua portuguesa dá oportunidade às pessoas escolarizadas e, concomitantemente, distancia-as socialmente das não escolarizadas concernentemente à oportunidade de ascensão social.

No que concerne à esfera educacional no território guineense, as questões enlaçadas ao ensino do português são menos problematizadas. Mesmo sabendo que elas são inerentes à política linguística, o Estado, por meio da política linguística, pouco se interessa em debatê-las (INTIPE, 2021). Ainda, na concepção desse autor, nos setores educacionais, o português é a língua predominante em quase todas as disciplinas, com exceção das disciplinas relacionadas ao ensino de línguas estrangeiras, francesa e inglesa. O português é a língua à qual o aluno se depara pela primeira vez no seu processo de alfabetização e letramento que, às vezes, causa grande percalço na aprendizagem do aluno.

Conforme Namone e Timbane (2017), os professores na Guiné-Bissau seguem fielmente a norma-padrão razoavelmente conhecida por eles, dado que não a usam no seu dia a dia. Esse pouco conhecimento acaba afetando os alunos, pois coabitam com as mesmas dificuldades que seus professores enfrentam, ou seja, trata-se de os alunos apresentarem semelhantes dificuldades que seus professores possuem.

Intipe (2021) reconhece que a língua portuguesa exerce um papel muito preponderante na Guiné-Bissau, contudo, seu ensino deve corresponder à realidade local, compreendendo essa língua:

[...] não apenas como única língua portuguesa, ou seja, ter em mente que existem “línguas em português”. E, que o português que se fala em Guiné-Bissau sofreu alteração e resignificação e, acima de tudo, deve-se desprender paulatinamente da norma do funcionamento estabelecida pelos portugueses (INTIPE, 2021, p. 30, grifos do autor).

O autor chama atenção sobre a diversidade do português existente no mundo, até porque nos trechos do filme “Língua: vidas em português”, José Saramago aponta que “Não há uma língua portuguesa, há línguas em português”, o que, de certa forma, justificaria que o português que se fala na Guiné-Bissau é diferente em relação ao que, por exemplo, é falado no

Brasil, em Moçambique, na Angola, etc. Por esse motivo, “engana-se quem acredita que há apenas um português que deve ser seguido como modelo de ensino em todos os lugares em que ele é falado” (INTIPE, 2021, p. 30).

Ainda, vale destacar que os materiais de ensino da língua portuguesa, sobretudo a gramática, os manuais e o dicionário (a mais utilizada no contexto do ensino guineense) são oriundos de Portugal (NAMONE; TIMBANE, 2017). Segundo concepção dos autores acima destacados, essas ferramentas não atendem a realidade local dos alunos, uma vez que os contextos tratados e exemplos que aparecem nesses materiais são distantes do campo linguístico e cultural guineense.

Em suma, julgamos que a língua portuguesa falada na Guiné-Bissau é muito preponderante, dado que possibilita aos falantes se comunicarem com o mundo exterior, além de os identificar enquanto falantes do português local. É possível empreender, por meio da discussão desenvolvida em torno dessa temática, que o português é a língua que oportuniza uma parcela de pessoas e penaliza outras, isto é, refere-se a uma língua que, em certa medida, segrega e, por outro lado, é a língua com maior *status* em todo o território nacional porque é a única língua oficial e de ensino na Guiné-Bissau.

3. CONCEPÇÕES DE LINGUA(GEM) NO ENSINO DO PORTUGUÊS

Pensar em ensino de língua, principalmente a portuguesa, requer pensar em quais concepções permeiam a prática docente no contexto escolar. Em consonância às investigações de Mikhail Bakhtin/Volochínov (2006), Geraldi (1984), Fuza, Ohuschi e Menegassi (2011) e De Barcellos (2013), as concepções de língua(gem) se desdobram em três elementos, a saber: a língua(gem) como expressão do pensamento; a língua(gem) como instrumento de comunicação; e a língua(gem) como forma de interação. Todas essas concepções contribuem na promoção do ensino de língua que visa estabelecer uma qualidade de aprendizagem. Porém, cada uma delas concebe a língua, a linguagem e o ensino de forma singular a fim de possibilitar a aprendizagem aos alunos.

Conforme De Barcellos (2013), a concepção de língua(gem) enquanto expressão do pensamento trata de uma visão de linguagem tradicional gramatical grega. Refere-se à primeira

versão dos estudos gramaticais que predominou durante vários séculos até, pelo menos, o século XX, singularmente na década de 1970. Segundo Neves (2005, s/p.),

Dionísio o Trácio foi o verdadeiro organizador da arte da gramática na Antiguidade, dando-lhe uma forma que, por muito tempo, foi definitiva e cujos traços fundamentais ainda hoje podem ser reconhecidos em muitas obras gramaticais do Ocidente.

Por conseguinte, essa visão só foi repensada por Saussure em 1969 (DE BARCELLOS, 2013). Conforme essa autora, esta concepção preestabelece que a expressão é produzida na mente dos sujeitos, o que pressupõe que a linguagem é compreendida como “tradução” do pensamento. A concepção de lingua(gem) como expressão do pensamento outorga à linguagem a função de exteriorizar o pensamento humano. Essa visão concebe a linguagem como um sistema pronto, sobretudo esforço da criação da própria consciência do indivíduo. Trata-se de entender a linguagem como um artefato puro que reflete a mente, isto é, a linguagem procede de dentro para fora, sendo, então, algo interno ao pensamento humano.

A teoria da expressão supõe inevitavelmente um certo dualismo entre o que é interior e o que é exterior, com primazia explícita do conteúdo interior, já que todo ato de objetivação (expressão) procede do interior para o exterior. Suas fontes são interiores. Não é por acaso que a teoria do subjetivismo idealista, como todas as teorias da expressão, só se pôde desenvolver sobre um terreno idealista e espiritualista (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006, p. 113).

O sujeito da enunciação, portanto, nessa concepção, conforme salienta Koch (2015), é considerado mediador principal do sentido do enunciado, ou seja, é uma perspectiva subjetivista idealista (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006), pois a língua, nessa visão, segundo lembram Ohuschi e Menegassi (2011), não passa de um produto finito, pertencente a um sistema estável. De acordo com De Castilho (2019), a língua, sob esse viés, é regida por um conjunto de visões de “bons usos” (certo e errado). Segundo Doretto e Beloti (2011, p. 100), a gramática é do cunho prescritivo, que determina uma série de padrões que devem ser seguidos como modelo para atingir a eficácia ora na fala, ora na escrita. Ainda, de acordo com as reflexões dessas pesquisadoras, a linguagem é considerada “dom”, o sujeito pode controlar o êxito e a boa comunicação, logo, é “consciente” e “individual”.

A segunda concepção, que concebe a linguagem como instrumento de comunicação, é associada ao estruturalismo de Saussure, segundo De Barcellos (2013). Para a autora, essa concepção ganhou, sobretudo, a proeminência na década de 1970, período em que a linguagem deixou de ser considerada expressão do pensamento e passou a ser concebida instrumento de comunicação. Essa nova compreensão visava, portanto, um novo olhar e um novo significado no que concerne à visão e à função da linguagem. A língua, então, passa a ganhar a função de transmissão de código (informações). Em outras palavras, essa concepção concebe a língua como imutável e fechada, enquanto a linguagem é tida como competência, o que implica que o sujeito sempre se encontra em uma situação de assujeitado, isto é, submetido a decodificar sua mensagem e, por fim, esperar que o receptor a decodifique do modo que o emissor a intencionou (DORETTO; BELOTI, 2011). Essa perspectiva é a que Bakhtin/Volochínov (2006) chamam de objetivismo abstrato.

Entre a concepção subjetivista individualista e objetivista abstrata, ambas concebem a língua de modos diferentes.

A primeira entende a língua como construção evolutiva e permanente, uma relação de acertos e erros historicamente concebida, sendo assim resultante do psiquismo individual, já na segunda a língua é um sistema duro, submetido à (sic) normas e leis linguísticas próprias estabelecendo elos entre os signos linguísticos dentro de um sistema previamente idealizado, sendo isentas de valores ideológicos e, a fala é puramente uma alteração, mutações ou refração das normas da língua (LIMA, 2018, p. 4).

Cabe elucidarmos que Mikhail Bakhtin/Volochínov (2006), em sua obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, no capítulo 5 “*Língua, fala e enunciação*”, vislumbram, primeiramente, duas visões que podemos correlacionar às concepções de lingua(gem): subjetivismo individualista e objetivismo abstrato, as quais Bakhtin/Volochínov (2006) não refutam totalmente, mas as ressignificam, explicando toda a progressão dessas concepções até explicitar o posicionamento que defendem: uma teoria enunciativo-discursiva de lingua(gem), concebendo-a como processo de interação.

A lingua(gem) como interação é uma concepção diferente das outras, ou seja, essa visão compreende a linguagem como interação, na qual o sujeito desempenha a função de um sujeito ativo, possibilitando a construção do sentido na e pela linguagem. Já a gramática é tida como internalizada e contextualizada (DORETTO; BELOTI, 2011). Como lembram essas autoras, a

gramática se conceitua como uma série de regras que é do domínio do falante e que lhe permite estabelecer a interação com o outrem em distinta situação de comunicação. A função da língua, nessa perspectiva, incide, fundamentalmente, em agir sobre o outro, sobretudo, com a predominância das interações verbais. Enquanto o princípio do ensino está em possibilitar as atividades linguísticas, “epilinguísticas e metalinguísticas” (DORETTO; BELOTI, 2011, p. [101]) para a promoção da progressão de performances linguísticas e discursivas.

De certo modo, o desenvolvimento das práticas linguísticas tem a ver com o ato de compreensão sobre a linguagem, o que Bakhtin chamaria, em a *“Estética da criação verbal”*, de dialogismo, pois o agir sobre o outro, e vice-versa, já é um diálogo e, ao mesmo tempo, é uma relação de sentido estabelecida principalmente dentro dos enunciados na comunicação verbal. Para Bakhtin, conforme lembra Lima (2018, p. 6), “[...] o sentido é sempre construído dialogicamente. Na sua concepção linguística o diálogo é um conceito-chave, assim a fala possui viés social (ideológico) inerente à comunicação”.

Essa visão interacionista que Bakhtin/Volochinóv (2006) tanto priorizaram realmente é muito impactante no que concerne a reconhecer/considerar o outro, isto é, a alteridade. Motivo pelo qual a Linguística Aplicada contemporânea tem buscado e encontrado, nos estudos do Círculo de Bakhtin, a visão que considera os fatores sócio-histórico-culturais nos quais o sujeito que age através de linguagem é considerado sujeito situado, que responde valorativamente aos enunciados que o antecedem. Logo, trata-se de um sujeito que leva em consideração seu espaço de atividade humana, que lhe confere posicionamentos ideológicos perante um tema, um cronotopo e sua alteridade. Em suma, a concepção Interacionista/dialógica se preocupa em compreender a linguagem como um processo interativo vivo, como fenômeno sócio-histórico e socioideológico (alteridade).

4. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos metodológicos se engendram em uma perspectiva qualitativa-interpretativista de cunho etnográfico (DE GRANDE, 2011; PROETTI, 2018), que, segundo aquele pesquisador, parafraseando Moita Lopes (1994), o viés interpretativista deve considerar o envolvimento de questões correlacionadas ao poder, à ideologia, à história e à subjetividade, envolvendo, principalmente, a relação entre linguagem, poder e contextos específicos e questões socioculturais, políticas e identitárias (BAKHTIN/VOLOCHINÓV, 2006) dos pesquisados.

Portanto, consideramos essencial compreender esses nuances dos professores, pois, além de nos orientarem a entendermos seus pontos de vistas sobre o ensino e a concepção da linguagem, também nos amparam a depreender suas posições ideológicas correlacionadas à área na qual trabalham.

Esta investigação foi realizada no campo e ao mesmo tempo sustentada pelas revisões bibliográficas. A realização dessa pesquisa ocorreu durante a minha curta estadia na Guiné-Bissau, pois acreditamos que, então, era preciso realizar um estudo que envolveria os professores da Universidade Lusófona da Guiné (ULG). O motivo de escolher essa universidade se deve não só para subsidiar um estudo que promova as novas reflexões sobre o ensino do português em um contexto onde essa língua é menos falada pela população, mas também uma pesquisa que possa promover um olhar diferente sobre o próprio sujeito falante da língua portuguesa.

Ademais, escolhemos essa universidade porque, além de ser mais próxima a nós, facilitou nossa locomoção para a aplicação do questionário de investigação. É importante lembrar que a ULG é uma universidade que fica localizada no centro da capital, Bissau, uma das universidades mais conhecidas no país. Devido a isso e ao fato de ser paga, nem toda família tem condição de matricular seus/suas filhos/as nessa universidade, já que a mensalidade é extremamente elevada para a maioria das famílias guineenses.

No que concerne ao instrumento de pesquisa, aplicamos um questionário semiaberto para a obtenção dos dados. O questionário contém apenas duas perguntas, a saber: “Para você, o que é a lingua(gem)?”; e “Como deve ser o ensino da língua portuguesa?”. Esse questionário foi aplicado a cinco (5) professores de português da ULG. Vale destacar que esse trabalho não tem pretensão em determinar os gêneros (masculino e feminino) de professores, longe disso, apenas buscou estipular certo número de colaboradores que vão participar e contribuir com o fornecimento dos dados para essa pesquisa.

Os professores colaboradores responderam livremente às questões com base em suas percepções sobre o conceito da língua e linguagem e, ao mesmo tempo, apontaram como a língua deve ser ensinada. Atribuímos nome fictício a cada colaborador desse trabalho. Cabe salientar que os professores colaboradores foram avisados, de antemão, que seus nomes não seriam revelados por questões éticas da pesquisa. Em seguida, abreviamos a palavra “pergunta”

em P1 e P2 para facilitar e economizar o espaço de análise. Cada resposta desses professores colaboradores foi dividida em excerto 1, 2, 3 etc., a fim de permitir melhor compreensão e organização dos dados a serem discutidos. É importante ressaltar, também, que, após a discussão dos dados, foi elaborado um pequeno quadro que indica os números de concepções de linguagem destacadas pelos professores colaboradores. A partir desse olhar, sabemos qual é a concepção mais prevalente que o trabalho nos oferece.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, discutimos os dados da investigação, considerando as três concepções de lingua(gem) discutidas anteriormente, conforme Bakhtin/Volochínov (2006), Geraldi (1984), Fuza, Ohuschi e Menegassi (2011), De Barcellos (2013) e Doretto e Beloti (2011).

Vejamos o primeiro depoimento do professor Adão a respeito do conceito de língua e linguagem e a forma que ela deve ser ensinada. Segundo relato do professor:

Profº 1: (Arão)

Excerto 1

P-1: “A língua é identidade cultural de um povo. Quando ela não é imposta ou dada aquele povo. A linguagem é um ato concreto de uso de uma língua revestido dos seus valores e costumes. Também sendo ela dada incorpora os valores e costumes daquele lugar em que se circula e por isso que a aula de português deve levar em conta esta diversidade linguística existente”.

Excerto 2

P-2: “O ensino deve ser intercultural levando em conta o contexto multicultural e linguístico que a língua portuguesa está inserida, levando um diálogo multilinguístico que enriquece o ensino de língua”.

O primeiro (1) excerto sobre o conceito da língua não está bem claro no que concerne à correlação das concepções de lingua(gem) abordadas, ou seja, o conceito do professor é ambivalente, uma vez que nos possibilita ter muitos olhares sobre o conceito da língua. Porém, dada à complexidade dessa resposta, acredita-se que a concepção de lingua(gem) à qual esse professor defende se enlaça à concepção interacional da linguagem, pois, segundo ele, o ensino

da língua portuguesa “[...] deve levar em conta esta diversidade linguística existente”. Apesar de sabermos que a concepção interacional da linguagem compreende o sujeito como um ser situado dentro de seu contexto e a linguagem como a própria interação (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006), o colaborador se atrelou singularmente ao ensino da língua e não ao conceito da língua/gem. O excerto dois (2) não aponta uma concepção do ensino dialógica, mas intercultural. A partir disso, compreendemos que o professor colaborador privilegia um ensino de linguagem que pressupõe a concepção interacional da linguagem, e embora tenha apontado outra perspectiva de ensino, não deixou de tratar o que ele entende por língua e linguagem sob o viés interacionista.

Para o professor colaborador 2, Ivaldino,

Profº 2: (Ivaldino)

Excerto 3

P-1: “A linguagem é a capacidade que o homem tem para se comunicar com o seu semelhante, transmitindo os seus pensamentos, as suas ideias e sentimentos. Portanto, é um processo de interação entre os seres humanos”.

Excerto 4

P-2: “O ensino da língua portuguesa deve ser feito no sentido de transmitir conhecimentos linguísticos aos alunos, para puderem utilizar essa língua na sua comunicação do dia a dia. Para isso, deve ser levado em conta vários fatores, tais como, as metodologias, técnicas adequadas para o efeito, sem deixar de considerar o contexto sócio-cultural desses alunos. A partir daí, criar ou produzir materiais didáticos que facilitem a execução do processo do ensino para que haja uma aprendizagem efetiva dos alunos”.

Conforme relato do professor colaborador 2, a linguagem é a capacidade que o ser humano possui para transmitir informação. A primeira impressão que veio à nossa memória é a de que o professor colaborador se apoiou na concepção de linguagem como expressão do pensamento, pois essa concepção trata, singularmente, de compreender a língua e linguagem como algo pronto e acabado, negando, assim, todas as variedades. Nessa concepção, o indivíduo passa a assumir o controle de sua própria consciência, isto é, uma visão subjetivista idealista (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006). No entanto, ainda na última colocação do mesmo excerto o

professor colaborador acabou considerando a língua e linguagem como processo de interação entre os indivíduos, anulando, concomitantemente, a ideia anteriormente plasmada por ele. A contribuição dele sobre o conceito de língua nos parece contingente, uma vez que fez a fusão entre as duas perspectivas de linguagem, contudo, ao que tudo indica, a primeira colocação acaba prevalecendo sobre a última (interação). O porquê disso se deve, essencialmente, à própria retomada da concepção de expressão do pensamento apontada pelo colaborador no excerto (4), justificando que o ensino da língua portuguesa incide em transmitir conhecimento aos indivíduos. Embora saibamos que o professor enfatizou as questões sistemáticas que dizem respeito aos pressupostos burocráticos que atendem ao pedido da instituição na qual ele trabalha, seu depoimento contribui fortemente em propagar a concepção de linguagem como expressão do pensamento.

Profº 3: (Daniel)

Excerto 5

P-1: “A lingua(gem) é um sistema de comunicação composta por signos e sons dentro de um sistema complexo regido pela gramática internalizada”.

Excerto 6

P-2: “A língua portuguesa deve ser ensinada de acordo com a realidade e o contexto em que está inserida, isto é, partindo do próprio contexto sociocultural dos falantes alvos do ensino. Começar por aquilo que faz parte da realidade dos indivíduos, ensinando-os a ler, compreender, produzir textos básicos e, assim, desenvolver capacidade cognitiva”.

O professor colaborador 3, Daniel, questionado acerca do conceito de língua e linguagem, aponta claramente a questão da sistematicidade da língua, ou seja, de acordo com ele, a língua e linguagem é regida por signos e sons que estão inseridos em um sistema intrincado, controlado pela gramática internalizada. Esse princípio (gramática internalizada) estabelecido pelo professor não se adequa à concepção tradicionalista, isto é, não vai ao encontro da perspectiva tradicional da gramática, mas é uma visão que nos possibilita compreender se uma frase contempla ou não o princípio da gramática tradicional. É uma concepção que nos orienta a identificar quais os princípios que ferem ou consideram os princípios da gramática tradicional.

No entanto, pelo relato enfatizado pelo professor, acreditamos que o conceito sobre a língua e linguagem estipulado se afilia à concepção de linguagem como interação, ainda que o professor colaborador tenha indicado questões enlaçadas ao estruturalismo, isto é, à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Tudo isso para apontar como essa concepção pode contribuir na e para a progressão do ensino da língua, porque a própria visão interacional da linguagem proposta por Bakhtin não descarta as duas concepções precedentes a lingua(gem) como expressão do pensamento e como instrumento de comunicação, mas, sim, incorpora-as por superação. Por esse motivo, essas duas concepções são importantes no campo do estudo da língua e linguagem, mesmo sendo limitantes, uma vez que não consideram outras esferas da linguagem, sobretudo, o sujeito e o contexto de produção da língua e linguagem, aspectos esses essenciais ao viés interacionista.

Professor colaborador 4, Bubacar, ao ser questionado a respeito do conceito de língua e linguagem e como deve ser seu ensino, responde:

Profº 4: (Bubacar Bá)

Excerto 5

P-1: “A linguagem para mim é o meio de comunicação que permite os falantes trocarem mensagens. Ela facilita a compreensão das pessoas que a falam”.

Excerto 6

P-2: “A língua portuguesa deve ser ensinada na base do regulamento duma instituição. Regulamento que baliza os diferentes níveis do ensino. Mas este procedimento deve ser acompanhado com materiais didáticos bem preparados para tornar a compreensão mais fácil de entender e saber aplicá-lo”.

Para professor 4, Bubacar, a língua e linguagem não passa de uma mera ferramenta de comunicação que os indivíduos utilizam a fim de estabelecerem a troca de informação e, portanto, facilitar a compreensão comunicativa em uma determinada comunidade. O conceito relatado pelo professor colaborador não se relaciona, *a priori*, a uma concepção de linguagem, mas é possível perceber que esse relato se afilia mais à concepção de linguagem como instrumento de comunicação. Isso se justifica a partir do olhar plasmado pelo autor, ou seja, a linguagem como “meio de comunicação”, e vale ressaltar que esse meio, dentro dessa

perspectiva, é visto em um dilema, como codificação e decodificação da mensagem (DORETTO; BELOTI, 2011). para, assim, haver uma compreensão efetiva da mensagem. No que se refere ao ensino do português, o professor apenas realçou as questões relacionadas aos procedimentos burocráticos escolares, os quais dizem respeito ao seguir fielmente o “regulamento” ou a política pedagógica institucional.

Já o professor colaborador 5, Ivan, ao ser questionado sobre o conceito de língua e o modo como ela deve ser ensinada, assegura que:

Profº 5: (Ivan)

Excerto 7

P-1: “A língua é um conjunto de signo que usamos para estabelecer a comunicação. A língua é cultura porque é através dela que expressamos a nossa crença, hábitos e costumes”.

Excerto 8

P-2: “O ensino de língua deve ser contextualizado respeitando o contexto social e cultural dos alunos”.

Conforme visão desse professor colaborador 5, a língua é compreendida como uma série de signos dos quais os indivíduos se apropriam para estabelecer a comunicação e, por meio dela, consegue-se plasmar as ideologias e os costumes de um povo, visto que o ensino do português deve ser inclusivo, considerando, sobretudo, os aspectos culturais dos indivíduos. Isso significa que o contexto e a cultura dos alunos devem ser respeitados. A colocação do professor face ao conceito de língua se relaciona à concepção da linguagem como instrumento de comunicação, ou seja, ao objetivismo abstrato (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2006), concepção essa que incide em protagonizar a sistematicidade da língua e se preocupa com a estrutura interna da língua sem levar em conta o sujeito e, muito menos, o contexto de produção do enunciado. Portanto, no que concerne ao ensino da língua portuguesa, segundo o ponto de vista do professor colaborador Ivan, o ensino precisa ser contextualizado, ou seja, trata-se de um ensino que visa considerar e, principalmente, respeitar o meio de convivência dos alunos e que vai ao encontro da cultura local dos aprendizes.

Ao longo das discussões dispostas acerca dos dados apresentados pelos professores colaboradores, pode-se compreender que esses colaboradores demonstram suas colocações sobre o conceito de língua e linguagem e sobre como deve ser o ensino da língua portuguesa. De acordo com as análises dos dados, é possível perceber que os professores não apontam somente uma concepção de língua(gem), mas todas as três mencionadas nesta pesquisa, sendo que cada um deles indica uma concepção de linguagem na qual acredita ser essencial sua aplicabilidade no ensino da língua portuguesa. No entanto, percebe-se que duas delas são mais prevalentes que a outra, conforme visto no quadro abaixo.

Quadro1. Concepções de língua(gem)

Concepções de linguagem	Expressão do Pensamento	Instrumento de comunicação	Interacional
Número de caso			01
Professor 1: Arão			
Número de caso	01		
Professor 2: Ivanildo			
Número de caso			01
Professor 3: Daniel			
Número de caso		01	
Professor 4: Bubacar			
Número de caso		01	
Professor 5: Ivan			
Número total dos casos	01	02	02

Fonte: elaborado por (INTIPE, 2022). Pesquisa de campo.

Como observado no quadro acima, entre as três concepções estudadas, os dados analisados mostram o quanto os professores colaboradores estão enlaçados às suas visões sobre o conceito da língua e linguagem. Essas crenças são visíveis através do quadro elaborado para ilustrar a apreciação identitária dos docentes. Pode-se verificar que a linguagem como expressão do pensamento tem um caso de privilégio, ou seja, trata-se de um professor, o nº (2), que se identificou com essa concepção ao passo que a segunda e a terceira coluna do quadro, que apresentam as duas concepções de linguagem (instrumento de comunicação e concepção interacional) têm dois casos cada uma. Esses números indicam que dois professores colaboradores, os nº (4) e (5) privilegiaram a concepção de linguagem como instrumento de

comunicação, enquanto os dois outros professores, nº (1) e (3), afiliam-se à concepção de linguagem como interação.

Esses dados fornecidos pela pesquisa demonstram, de certo modo, a visão dos professores colaboradores acerca da concepção de linguagem que cada um assume.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a Guiné-Bissau ainda é um país fértil no que concerne à investigação acerca da concepção de linguagem no ensino do português. Além disso, sabe-se que a língua portuguesa, conforme visto, é a língua com maior prestígio em todo o território nacional e, assim, sobrepõe-se a todas as línguas locais. Embora se saiba que o português guineense desempenha uma função preponderante naquele país, pois é por meio dele que o povo estabelece o contato com outros países cuja língua oficial é a portuguesa, é importante compreender que o português é uma língua que, além de acarretar menor impacto no dia a dia dos guineenses, causa, de certo modo, uma barreira entre os que a falam e os que não a falam.

A educação escolar no contexto guineense ocorre apenas em uma língua – a portuguesa, e o ensino e a comunicação em outras línguas são proibidos pelo Estado por meio de sua política linguística, o que, de certa forma, demonstra a nulidade identitária dos estudantes.

No que concerne ao resultado da pesquisa, observa-se que entre as três concepções de lingua(gem) existentes, as que concebem a lingua(gem) como instrumento de comunicação e como interação, por possuírem dois (2) casos cada, acabaram prevalecendo enquanto a concepção de linguagem como expressão do pensamento tem apenas um caso. Este artigo não tem a pretensão de apontar qual concepção seria melhor em relação à outra, longe disso, no entanto, reconhece que todas as concepções são importantes no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa. Apesar disso, essa investigação, respondendo à pergunta inicial do artigo, sugere um ensino que reflita a realidade dos estudantes, isto é, uma concepção interacional da linguagem, a qual considera o sujeito um ser ativo concernentemente à produção de sentidos, que é construída na e pela linguagem.

REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; QUEBI, Duarte Olossato; TIMBANE, António Alexandre. As políticas linguísticas e o desenvolvimento endógeno em África. **Web-Revista Sociodialeto**. v. 5, n. 13, jul. 2014. p.178-202. Disponível em: <[AS-POLITICAS-LINGUISTICAS-E-O-DESENVOLVIMENTO-ENDOGENO-EM-AFRICA.pdf \(researchgate.net\)](#)>. Acesso em 04 jun. 2022.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhlovitch; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

CALVET, Louis-Jean. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau – um país da CPLP**. PAPIA. Brasília: 2010.

DE BARCELLOS, Renata da Silva. As teorias de linguagem, as concepções de língua e a metodologia adotada de ensino de língua portuguesa. **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**, p. 30, 2013. Disponível em <[www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/04/CadCNLF_XVII_04.pdf#page=30](#)>. Acesso em 22 abr. 2022.

DE CASTILHO, Ataliba Teixeira. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

DE GRANDE, Paula Baracat. O pesquisador interpretativo e a postura ética em pesquisas em Linguística Aplicada. **Eletras**, Curitiba, v. 23, n. 23, p. 11-27, 2011. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/201229464/Dossie-Especial-Artigo-23-2-O-Pesquisador-Interpretativo-e-a-Postura-Etica-Em-Pesquisas-Em-Lingui>. Acesso em 22 abr. 2022.

DORETTO, S. A; BELOTI, A. Concepções de linguagem e conceitos correlatos: a influência no trato da língua e da linguagem. **Revista Encontros de vista**, p. 89-103, 2011. Disponível em <http://journals.ufrpe.br/index.php/encontrosdevista/article/view/4470>. Acesso em 20 abr. 2022.

FUZA, Ângela Francine; OHUSCHI, Márcia Cristina Greco; MENEGASSI, Renilson José. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 14, n. 2, p. 479-501, 2011. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15401>. Acesso em 20 abr. 2022.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 1984.

INTIPE, Bernardo Alexandre. **Unidade linguística na diversidade linguística: o caso do crioulo da Guiné-Bissau**. Monografia (graduação em Letras) – UNILAB, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em [2018 mono b.pdf \(unilab.edu.br\)](#). Acesso em 16 abr. 2022.

INTIPE, Bernardo Alexandre. **Concepções de linguagem de professores de português em Guiné-Bissau**. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Lavras, 2021. Disponível em [RI UFLA: Concepções de linguagem de professores de português em Guiné-Bissau](#). Acesso em 12 abr. 2022.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIMA, Milton Pereira. **Noções básicas de conceitos em Bakhtin**. São Paulo, 2018.

NAMONE, Dabana; TIMBANE, Alexandre António. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. **Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos**, Redenção - CE, v. 01, n. 01, p. 39-57, 2017. Disponível em <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/34>. Acesso em 20 abr. 2022.

NEVES, Helena, de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em 22 abr. 2022.

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, 2018. Disponível em <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/60>. Acesso em 05 jun. 2022.

TIMBANE, Alexandre António; REZENDE, Meire Cristina Mendonça. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. **Travessias**, v. 10, n. 3, p. 388-408, 2016. Disponível em <https://e- revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/15582>. Acesso em 04 jun. 2022.

Bernardo Alexandre INTIPE

Graduado em Letras e Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); mestre pela Universidade Federal de Lavras (UFLA); doutorando em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebido em 19/dezembro/2022 – Aceito em 13/fevereiro/2023.